

ADSE avisa que há convenções que só podem acabar em 2020

Saúde Raquel Martins

A presidente da ADSE abriu a porta ao diálogo com os grupos privados. E o presidente dos privados também fala em abertura

A líder da ADSE, Sofia Portela, abriu a porta ao diálogo com os grupos privados de saúde e assegura que ainda nenhum dos hospitais denunciou a convenções com o sistema de assistência na doença da função pública. Mas, caso os privados avancem por esse caminho, avisa, há contratos que só podem ser denunciados no próximo ano.

Nas várias entrevistas que deu entre quarta e quinta-feira, a líder da ADSE frisou que cada contrato “é distinto” e “as cláusulas [de denúncia] não são iguais” mesmo nos hospitais de um mesmo grupo. Há contratos que exigem um pré-aviso de 30 dias, outros que estabelecem um prazo de 90 dias, havendo também convenções que se “renovam automaticamente de forma anual”. “Existem hospitais de grande dimensão que apenas poderiam vir a denunciar a convenção para o ano, em 2020”, assegurou à Lusa.

Do lado dos privados, em declarações aos jornalistas no Parlamento, depois de reuniões com as bancadas parlamentares de PSD e CDS-PP, o presidente da APHP, Óscar Gaspar, afirmou que “com certeza que há espaço” para os hospitais privados re-

cuarem na decisão de cessar a prestação de serviços com a ADSE.

Já ontem, o primeiro-ministro, António Costa, mostrou abertura para o diálogo com os privados, mas mediante condições. “O que temos neste momento é uma negociação em que uma das partes quer aumentar os seus proveitos. Isso em si não tem nada de ilegítimo, a forma como se actua é que pode ter”, afirmou. “Não nos podemos deixar capturar pelos interesses privados que gostariam de ganhar mais do que aquilo que é razoável ganhar. Temos de manter serenidade e vamos seguramente negociar. Agora, iremos negociar com firmeza. Não podemos aceitar que haja posições abusivas e não podemos negociar a qualquer preço”, reforçou o primeiro-ministro, que assegurou ainda que “os cuidados de saúde não estão em causa, estarão assegurados, assim como a continuidade da ADSE”.

Na entrevista que deu à SIC Notícias, Sofia Portela, assegurou que a ADSE está a trabalhar para estabelecer limites máximos aos medicamentos, próteses e cirurgias para que a regularização retroactiva de facturas deixe de ser necessária.

“É um trabalho muito sério, muito rigoroso que a ADSE tem vindo a desenvolver, para que se estabeleçam preços que sejam justos”, afirmou. “A partir do momento em que esses preços estejam estabelecidos, e que está para muito breve, a regra das regularizações cai porque deixa de haver preços abertos”, concluiu. Estas declarações vêm dar resposta a uma

das principais exigências dos privados, mas não é certo que sejam suficientes para estancar a crise e evitar que eles deixem a rede da ADSE.

Entretanto, a ADSE tem procurado assegurar que há alternativas à eventual saída dos grandes grupos privados do regime convencionado. Nesta quinta-feira, a Santa Casa da Misericórdia do Porto mostrou-se disponível para alargar em pelo menos 20% o acordo com a ADSE.

Também a Fundação Champalimaud, que recebeu no ano passado cerca de oito mil doentes da ADSE (cerca 20% do total dos doentes tratados na instituição), admite conseguir absorver alguns beneficiários da ADSE. **com S.R. e S.S.**

raquel.martins@publico.pt



Sofia Portela lidera a ADSE desde Julho de 2018